

# 2ª REUNIÃO DA REDE REGIONAL DA SOCIEDADE CIVIL PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR NOS PALOP

Olinda, PE / Brasil – 21 de Março de 2008

ANGOLA  
CABO VERDE  
GUINÉ-BISSAU  
MOÇAMBIQUE  
SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE



Fotos: Carmen Lahoz

## RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONCLUSÕES

Iniciativa organizada por:



Projecto co-financiado por:



**act:onaid**

ActionAid International

*IFSN Project Global Coordination*

Rua Morais e Vale, 111/3o.and - 20021-260

Centro, Rio de Janeiro / RJ, Brasil

Phone: +55-21 2189-4600

E-mail: [ifsn@actionaid.org](mailto:ifsn@actionaid.org)

Website: [www.ifsn-actionaid.net](http://www.ifsn-actionaid.net)

Março de 2008

## ÍNDICE

1. Introdução .....	3
2. Enquadramento e desafios .....	5
3. Descrição da reunião .....	5
3.1 Objectivos .....	5
3.2 Programa .....	6
3.3 Participantes .....	7
3.4 Resultados esperados .....	8
4. Síntese da discussão .....	8
5. Conclusões .....	18
6. Plano de Intervenção 2008 .....	19
7. Avaliação conjunta .....	22

## ANEXOS

I – Descrição do Projecto IFSN .....	22
II – Documento de Posição do IFSN e ActionAid para a <i>Cimeira Europa-África</i> .....	24

### Sumário Executivo

O presente relatório contém a sistematização das actividades e conclusões da "2ª Reunião da Rede da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar nos PALOP" (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) realizada em Olinda, Brasil no dia 21 de Março de 2008. Por proposta dos parceiros, o IFSN se disponibilizou a facilitar mais esta iniciativa no âmbito de seus esforços de fortalecimento de redes da sociedade civil. Na reunião estiveram presentes representantes de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe para estreitar os vínculos de trabalho da rede.

Durante a reunião fez-se o balanço das actividades desde a reunião de Fortaleza, partilharam-se experiências entre os vários países no âmbito dos processos de formulação e implementação das políticas nacionais de segurança alimentar em curso, apresentou-se a nova publicação do IFSN sobre esse tema. No final, conclui-se que até ao momento foram dados alguns passos significativos para o fortalecimento da rede, mas também que é necessário apostar em mais iniciativas a nível nacional e a nível regional para fortalecer esta iniciativa. Ademais, foi também definido um plano de intervenção em cada país, particularmente nos momentos chave dos processos de formulação de políticas em curso, bem como a nível regional em eventos que justificam uma intervenção conjunta.

## 1. INTRODUÇÃO

O Projecto IFSN (International Food Security Network) vem sendo implementado pela ActionAid e co-financiado pela União Europeia desde 2004 com o objectivo principal de fortalecer e/ou criar redes nacionais de segurança ou soberania alimentar que facilitem o diálogo amplo entre os diferentes actores da sociedade civil, governos e doadores no sentido de contribuir para a implementação efectiva dos marcos institucionais e legais do direito humano à alimentação nos países do Sul. Hoje este projecto constitui uma rede global da sociedade civil que envolve mais de 500 organizações locais e nacionais articuladas nas 23 redes nacionais e sub-regionais presentes em África, Ásia e Américas (ver detalhes no Anexo 1).

Desde o início do projecto, o IFSN desenvolveu esforços para apoiar a sociedade civil dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Neste processo, Moçambique foi o primeiro PALOP que fez parte dos “países prioritários” aceites pela União Europeia aquando da candidatura do Projecto IFSN e, por esse motivo, a Rede da Sociedade Civil pela Soberania Alimentar de Moçambique (ROSA) criada em 2003 foi fortemente impulsionada pelo IFSN a partir de 2004 e hoje constitui o interlocutor privilegiado junto do governo para discutir esta temática.

Em 2005, os demais PALOP foram formalmente incluídos pela União Europeia no Projecto IFSN como “países não prioritários” abrindo-se a perspectiva de apoiar a constituição e fortalecimento de redes da sociedade civil também nesses países. Nessa altura, também a Plataforma Portuguesa das ONGD se associa ao projecto IFSN tendo-se realizado em Lisboa um seminário sobre segurança alimentar para discussão do tema e discutido um plano de apoio à criação de uma rede de segurança alimentar envolvendo o conjunto dos PALOP. No seguimento, foi elaborada no ano de 2006 uma candidatura ao Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) solicitando a este organismo de cooperação apoio para fortalecer a rede dos PALOP. Apesar de a candidatura não ter sido aprovada por falta de recursos, os vários parceiros continuaram seus esforços para viabilizar essa iniciativa.

Desde então, várias acções foram desenvolvidas com o objectivo de trocar experiências e aumentar as capacidades das organizações nacionais em matéria de segurança alimentar e direito humano à alimentação. Neste esforço conjunto destacam-se, entre outros, os seguintes momentos:

- Em Fevereiro de 2007 o IFSN, a Plataforma Portuguesa das ONGD e o Chapitô (ONG Portuguesa) organizaram em Lisboa o evento *“Enlaçando Experiências: uma tertúlia com Segurança Alimentar”* no qual participaram diversas ONG e outras organizações portuguesas para discutir conjuntamente essa temática.
- Em Março e Abril de 2007 a ActionAid e o IFSN facilitaram e organizaram a visita ao Brasil e a Moçambique de elementos da Comissão Organizadora do *“1º Simpósio de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP”* que decorreu em Luanda no mês de Outubro, tendo providenciado contactos entre elementos dessa comissão e várias organizações sociais e governamentais, redes e universidades desses países.
- Em Junho de 2007 a ActionAid/IFSN, em parceria com a FAO, o Escritório das Nações Unidas para os Direitos Humanos em Angola e outros parceiros, organizaram em Angola (Lubango) o *“Seminário Internacional Direito à Alimentação e Desenvolvimento Rural”* no qual começou o processo de constituição da Rede Angola de Segurança Alimentar.
- Em Julho de 2007 o IFSN convidou uma delegação da sociedade civil de todos os PALOP para participar na *“III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Brasil”* que se realizou em Fortaleza. Em paralelo, as organizações presentes realizaram um conjunto de actividades com o objectivo de trocar experiências entre si, bem como conhecer a experiência do Brasil nessa matéria. As organizações presentes decidiram iniciar conjuntamente um trabalho em rede a nível sub-regional (PALOP) de forma a poderem participar com maior qualidade no diálogo com os respectivos governos e organismos internacionais.

Das conclusões da reunião de Fortaleza resultou uma comissão instaladora responsável por consolidar os vínculos nacionais e regionais com outras organizações e dinamizar as actividades da Rede. Fizeram parte dessa comissão as seguintes organizações: FONGA – Fórum de ONGs Angolanas; PLACON GB – Plataforma de Concertação das ONGs nacionais e estrangeiras da Guiné-Bissau; ADRA – Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (Angola); PONGs – Federação das ONGs de Cabo Verde; FONG – Plataforma de ONGs de São Tomé e Príncipe; ROSA – Rede de Organizações pela Soberania Alimentar de Moçambique; e o Projecto IFSN enquanto facilitador.

Para o seguimento das actividades foi elaborado de um Plano de Acção Conjunto que continha os seguintes acções principais:

- i) *Restituição* – As organizações presentes comprometeram-se a transmitir aos seus associados e parceiros nacionais os resultados da reunião de Fortaleza no mais breve espaço de tempo possível a fim de os informar do teor das discussões;
- ii) *1ª Fase do Diagnóstico sobre o Direito Humano à Alimentação* – As organizações decidiram realizar em cada país um diagnóstico sobre a situação da insegurança alimentar e nutricional com enfoque de direitos humanos, e validá-lo com os restantes parceiros da sociedade civil;
- iii) *Workshop/Seminário* – As organizações presentes consideraram importante realizar um encontro para apresentar, discutir e validar os resultados da 1ª fase do diagnóstico em cada país e para identificar e convidar as organizações interessadas em trabalhar conjuntamente na respectiva rede a nível nacional.
- iv) *Acções de Formação e Capacitação* – Considerou-se que seria fundamental desenvolver esforços no sentido de melhorar os conhecimentos relativos às temáticas de SAN, soberania alimentar e direito humano à alimentação bem como sobre o trabalho em rede.
- v) *Website dos PALOP* – O IFSN comprometeu-se a desenvolver uma página na Internet que constitua um fórum de discussão para os PALOP com vista a aumentar o nível de conhecimento e informação sobre as várias temáticas em discussão. Este espaço servirá também para apresentar as redes nacionais que já existem e as que venham a ser criadas bem como para divulgar as actividades e iniciativas conjuntas da rede sub-regional;
- vi) *Acções conjuntas em eventos chave* – Foram identificados a nível internacional momentos importantes que justificavam acções de lobby e advocacy conjuntas dos PALOP através da Rede como por exemplo a Cimeira Europa-África de Lisboa e a Reunião UNCTAD XII;
- vii) *Acções com as Universidades* – As Universidades presentes também decidiram celebrar um protocolo entre as instituições disponibilizando-se para realizar trabalhos de investigação e pesquisa que apoiassem as actividades das redes nacionais e da rede sub-regional.

Apesar dos poucos recursos disponíveis, a motivação dos parceiros envolvidos era bastante elevada e em cada país desenvolveu-se o máximo de esforço para impulsionar a iniciativa. Em Janeiro de 2008 o IFSN lançou o desafio de realizar mais uma actividade conjunta para fortalecer a rede dos PALOP. Em resposta, a Plataforma das ONG de S. Tomé e Príncipe sugeriu realizar uma Reunião no Recife (Brasil), uma vez que três dos parceiros da Rede dos PALOP (Plataforma de Cabo Verde, Plataforma de S. Tomé e Plataforma da Guiné-Bissau) já estariam nesse local para participar no II Encontro das Plataformas de ONGs da CPLP. Todos os parceiros entenderam que tal constituía uma excelente oportunidade numa lógica de gestão de recursos pois reduziria o número de deslocações internacionais.

Foi neste contexto que o IFSN se prontificou a organizar e facilitar esta “2ª Reunião da Rede Regional da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar nos PALOP” a qual constituiu mais um importante passo para o estreitamento das relações entre a sociedade civil destes países e para o aprofundamento da estratégia comum de intervenção no domínio da SAN, da soberania alimentar e do direito humano à alimentação.

## 2. ENQUADRAMENTO E DESAFIOS

O combate à fome e pobreza constitui uma das prioridades da comunidade internacional. Em vista disso, foram definidos objectivos e metas claras para mitigar esses problemas, particularmente na Cimeira Mundial da Alimentação (Roma, 1996) e nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (2000). Nesse âmbito, inúmeros países vêm definindo e implementando estratégias e programas nacionais para promover a segurança alimentar e nutricional (SAN) de forma a assegurar o direito humano à alimentação em cada contexto nacional.

A participação social e o diálogo com os governos são factores determinantes desses processos razão pela qual se justifica um fortalecimento e aumento das capacidades das organizações para melhor intervirem nessa matéria. A implementação de Redes da Sociedade Civil a nível nacional, regional e internacional, tem-se revelado um bom instrumento de articulação dos diversos actores em torno de objectivos comuns, aumentando a sua capacidade de mobilização e intervenção sobre as políticas.

No caso dos PALOP, todos os países estão também envolvidos com processos de formulação (Guiné-Bissau, Angola e São Tomé e Príncipe) ou implementação (Cabo Verde e Moçambique) de estratégias e programas nacionais de SAN.

Neste quadro, verifica-se que o actual momento constitui uma excelente oportunidade para que a sociedade civil em cada país participe na discussão sobre o conteúdo dessas políticas e sua implementação. De imediato, várias questões se colocam a esse respeito:

- ✓ Que tipo de estratégias e programas nacionais de SAN vêm sendo seguidos nos PALOP?
- ✓ O que cada país vem fazendo para respeitar, proteger e realizar progressivamente o Direito Humano à Alimentação no seu contexto nacional?
- ✓ Como a sociedade civil de cada país pode melhor contribuir para a promoção da SAN e do direito humano à alimentação no âmbito das estratégias e programas em curso nos PALOP?
- ✓ A nível regional, o que podemos fazer para beneficiar de uma actuação conjunta da rede nesses processos?

## 3. DESCRIÇÃO DA REUNIÃO

### 3.1 OBJECTIVOS

Para a realização desta reunião definiram-se os seguintes objectivos:

- ✓ Fazer um balanço das actividades realizadas desde a Reunião de Fortaleza;
- ✓ Partilhar experiências e discutir estratégias de intervenção no marco dos processos de formulação e/ou implementação de Programas e Estratégias Nacionais de SAN em curso nos PALOP;
- ✓ Discutir a sustentabilidade da iniciativa e estreitar os laços de trabalho conjunto através da definição dos próximos passos para fortalecer a Rede Regional da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar nos PALOP;

## 3.2 PROGRAMA

Quadro 1 – Programa da Reunião

Horário	Tópico	Objectivos/Metodologia
09:00H	<b>Abertura</b> <i>Marta Antunes (Coordenadora IFSN)</i>	- Boas vindas e apresentação dos participantes; - Apresentação da reunião (objectivos e metodologia);
09:30H – 11:30H	<b>Balço de actividades da rede</b> <i>Todos os participantes</i>	- Retrospectiva das principais actividades desenvolvidas em cada país desde reunião de Fortaleza; - Balço dos principais avanços e dificuldades encontradas na implementação das conclusões e plano de acção conjunto; Metodologia: Sugere-se 10-15 minutos de intervenção para cada participante.
11:30H – 12:00H	<b>Resenha das Actividades do IFSN com parceiros da região África</b> <i>Marta Antunes (Coordenadora Global IFSN)</i>	- Apresentação as principais intervenções do IFSN na região África; - Apresentação das actividades realizadas no processo da <i>Cimeira Europa-África</i> ; - Partilhar as actividades desenvolvidas com a sociedade civil africana;
12:00H – 12:30H	Pausa para Café	
12:30 – 13:00H	<b>Segurança Alimentar e Sociedade Civil nos PALOP: desafios para a articulação em rede</b> <i>João Pinto (Consultor IFSN)</i>	- Apresentar o conteúdo do Manual aos participantes; - Discutir a sua utilização como ferramenta de trabalho para a rede.
13:00H – 13:30H	<b>Ponto de situação das Estratégias e Programas Nacionais de SAN nos PALOP</b> <i>Todos os participantes</i>	- Apresentar o “estado da arte” de cada país nesses processos; Metodologia: Sugere-se 10-15 minutos de intervenção para cada participante.
13:30H – 14:00H	<b>Estratégia de intervenção da sociedade civil nos processos de definição e implementação das políticas de SAN nos PALOP</b> <i>Todos os participantes</i>	- Discutir a melhor estratégia (conteúdo e acções) para a intervenção ao nível de cada país nesses processos; Metodologia: sessão de <i>brainstorming</i>
14:00H – 15:00H	<b>Definição de actividades e próximos passos da Rede</b> <i>Todos os participantes</i>	- Definir as actividades e próximos passos a seguir em cada país e a nível regional. Metodologia: sessão de <i>brainstorming</i>
15:00H – 16:00H	Pausa para Almoço	
16:00H	<b>Conclusões e encerramento</b> <i>João Pinto (Consultor IFSN)</i>	- Sistematização das conclusões

## 3.3 PARTICIPANTES

Quadro 2 – Lista de participantes presentes

Nome	Organização	E-mail	Telefone
Domingos (Dinho) Major	ADRA – Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (Angola)	<a href="mailto:dmajor.adra@angonet.org">dmajor.adra@angonet.org</a> <a href="mailto:adra-ang@ebonet.net">adra-ang@ebonet.net</a>	+244 912914899
Maria Odete Aguiar	FONG – Federação das ONGs de São Tomé e Príncipe	<a href="mailto:fong@cstome.net">fong@cstome.net</a> <a href="mailto:mobaa48@yahoo.com.br">mobaa48@yahoo.com.br</a>	+239 905004 +239 920475
António Kiala	FONGA – Fórum das ONGs Angolanas	<a href="mailto:alkiala@acj_angola.org">alkiala@acj_angola.org</a> <a href="mailto:fonga@angonet.org">fonga@angonet.org</a>	+244 926217634
Avelino Bonifácio	PONGs – Plataforma das ONGs de Cabo Verde	<a href="mailto:avelinob@cvtelecom.cv">avelinob@cvtelecom.cv</a> <a href="mailto:platongs@cvtelecom.cv">platongs@cvtelecom.cv</a>	+238 2618979 +238 2617863
Carlos Rui Ribeiro	ActionAid - Guiné-bissau	<a href="mailto:carlos.ruiribeiro@actionaid.org">carlos.ruiribeiro@actionaid.org</a> <a href="mailto:ruibissau@yahoo.com.br">ruibissau@yahoo.com.br</a> <a href="mailto:ruibissau@hotmail.com">ruibissau@hotmail.com</a>	+245 5803053 +245 6611921
Quinta Nunes Vieira Jaló	ActionAid - Guiné-bissau	<a href="mailto:quinta.vieira@actionaid.org">quinta.vieira@actionaid.org</a> <a href="mailto:kintavieira@yahoo.com.br">kintavieira@yahoo.com.br</a>	+245 7202101 +245 6913861
Pedro Custódio Marenja	ROSA – Rede de Organizações pela Soberania Alimentar de Moçambique	<a href="mailto:rosa@rosa.org.mz">rosa@rosa.org.mz</a> <a href="mailto:secretariado@rosa.org.mz">secretariado@rosa.org.mz</a> <a href="mailto:marenjapc@gmail.com">marenjapc@gmail.com</a>	+ 258 213148
Marta Antunes	Coordenadora Global IFSN	<a href="mailto:marta.antunes@actionaid.org">marta.antunes@actionaid.org</a>	+55-21 21894600
Regina Domingues	Assistente IFSN	<a href="mailto:ifsn@actionaid.org">ifsn@actionaid.org</a>	+55-21 21894600
João Pinto	Consultor IFSN	<a href="mailto:joaonpinto@gmail.com">joaonpinto@gmail.com</a>	+55 21 99242317

### 3.4 RESULTADOS ESPERADOS

Com a realização desta reunião, e atendendo ao importante processo em curso em todos os PALOP no âmbito da formulação das estratégias e programas nacionais de SAN, espera-se que:

- Contribua para um maior estreitamento dos laços entre as organizações que dinamizam a rede regional de SAN dos PALOP;
- Contribua para capacitar as organizações presentes em termos de estratégia de intervenção em cada país e que elas possam partilhar com seus parceiros nacionais essa discussão a fim de fortalecer a intervenção social nos países;
- Resulte a definição de actividades e próximos passos a seguir em cada país e a nível regional.

## 4. SÍNTESE DA DISCUSSÃO

### Tópico 1 – Abertura

- ✓ A Sessão de Abertura da reunião ficou a cargo de Marta Antunes (Coordenadora Global do IFSN) que começou com as boas vindas e apresentação geral dos participantes. Seguidamente, fez uma breve apresentação do projecto IFSN transmitindo que neste momento existem já 550 organizações locais envolvidas nas 23 redes nacionais e sub-regionais presentes em África, Ásia e Américas.
- ✓ Referindo-se ao caso particular dos PALOP traçou em linhas gerais os momentos mais relevantes do processo de constituição da rede desde 2005 até ao presente (ver também Ponto 1.). Ao nível do projecto IFSN informou que apenas Moçambique foi considerado “país prioritário” pela União Europeia no ano de candidatura do Projecto, mas que no ano 2005 os demais PALOP – com excepção de Cabo Verde – foram incluídos como “não-prioritários” o que abriu a possibilidade de apoiar estes países.
- ✓ Por fim, apresentou aos participantes os objectivos gerais e programa da reunião (ver Ponto 3.).

### Tópico 2 – Balanço de actividades da rede

- ✓ No ponto seguinte, cada participante fez um balanço das actividades da rede em cada país, de acordo com o “Plano de Acção Conjunto” definido na reunião de Fortaleza. Em representação de **Cabo Verde** falou Avelino Bonifácio da *PONGs – Plataforma das ONGs de Cabo Verde* que transmitiu os seguintes avanços:
  - Foi elaborado um memorando da reunião de Fortaleza que circulou por todos os parceiros da PONGs;
  - Realizou-se um encontro com a presença de cerca de 20 parceiros para partilhar e discutir as actividades, conclusões e plano de acção de Fortaleza;
  - Relativamente ao Diagnóstico sobre Direito à Alimentação foram identificados dois consultores para ajudar nessa tarefa, mas nenhum deles acabou por ser contratado por dificuldades várias (custos elevados, indisponibilidade de tempo, falta de conhecimentos específicos em algumas áreas);
  - Finalmente, o presidente da ADECO – Associação de Defesa de Consumidores foi indigitado para acompanhar o dossier da SAN, incluindo as *demarches* com vista à realização do diagnóstico sobre o Direito Humano à Alimentação;



Referiu à comemoração do Dia Mundial da Alimentação, cujo programa em 2007 incluiu a realização de uma vigília em três municípios, tendo as associações desempenhado um papel importante;

- No seguimento dos contactos paralelos efectuados na III Conferência Nacional de SAN do Brasil houve estreitamente de laços com parceiros brasileiros em áreas específicas como por exemplo as Cisternas de Água do Semiárido;

- ✓ Desta forma, concluiu que não foi possível realizar várias das actividades que se tinham comprometido, apontando como principal justificação as seguintes dificuldades: i) A SAN ainda não é uma das principais prioridades nas agendas das ONG; ii) Existe uma manifesta falta de recursos humanos capacitados para trabalhar nessa temática; e iii) A limitação de recursos financeiros impediu a realização de muitas das actividades bem como a contratação de alguns consultores.
- ✓ Em representação de **Moçambique** esteve presente Pedro Marenja da *ROSA – Rede de Organizações pela Soberania Alimentar* que partilhou com os parceiros as principais iniciativas desenvolvidas no país:
  - Realizou-se uma capacitação sobre o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) direccionado aos pontos focais que envolveu todos os membros da ROSA permitindo uma replicação em outras províncias;
  - A ROSA participou activamente na discussão sobre a revisão da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar, sobretudo com o intuito de incluir o direito à alimentação na legislação, tendo este objectivo sido alcançado;
  - Ao nível do Secretariado Técnico de Segurança Alimentar (SETSAN) informou que a ROSA participa como interlocutor privilegiado junto do Governo para discutir as temáticas relacionadas;
  - A ROSA organizou um encontro de Agroecologia e um sobre Género para partilhar experiências;
  - Durante as comemorações do Dia Mundial da Alimentação (16 de Outubro) a ROSA obteve espaço para realizar discursos conseguindo uma excelente oportunidade para chamar a atenção e sensibilizar os responsáveis políticos para a importância do Direito à Alimentação;
  - Informou ainda que no próximo dia 26 de Março será realizado em Maputo um encontro com parceiros e governo para discutir a ratificação do Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais (PIDESC)<sup>1</sup>.
  - A ROSA realizou um estudo sobre o impacto do Protocolo Comercial da SADC<sup>2</sup>.
  - A ROSA realizou ainda um estudo sobre o impacto dos Acordos de Parceira Económica (APEs) na SAN em Moçambique o qual será apresentado brevemente;
- ✓ Pelo exposto, o interveniente concluiu que a ROSA está muito dinâmica e que isso abre enormes desafios para o futuro. Entre os principais desafios que agora se colocam destacou: i) A necessidade de ter uma pessoa em regime e *full time* no secretariado da ROSA; ii) A necessidade de discutir o ponto de angariação de fundos para fazer face às enormes solicitações.

---

<sup>1</sup> O PIDESC foi assinado em 1966 e nele vem consagrado o direito à alimentação como um direito humano básico; Moçambique ainda não ratificou este instrumento internacional.

<sup>2</sup> Este protocolo é um instrumento que impulsiona a integração política, social e económica na região da SADC (*Southern African Development Community*).

- ✓ Questionado por outros parceiros sobre quem são os membros da ROSA respondeu que se tratam de várias organizações que trabalham temas transversais à SAN (terra, género, HIV/Sida, água, sementes, etc); A tipologia das organizações é composta por associações de agricultores, movimentos sociais, organizações de mulheres, ONG, entre outras.
- ✓ Em representação de **Angola** estiveram presentes dois parceiros: Dinho Major (ADRA – Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente) e António Kiala (FONGA – Federação das ONGs Angolanas). O primeiro, partilhou com os demais a realização do “Seminário Internacional sobre Direito à Alimentação e Desenvolvimento Rural” realizado no Lubango em Junho de 2007. Informou que nessa importante iniciativa se tomou a decisão de avançar com a criação da rede angolana tendo para o efeito sido criada um núcleo de coordenação responsável por dar os primeiros passos institucionais. Informou ainda que a ADRA possui, criada recentemente, uma área de especialização com o tema da SAN que está a ser sustentada financeiramente com recursos da Ajuda Popular da Noruega. As principais limitações encontradas pela sua organização, até à existência da área de SAN, eram a manifesta falta recursos humanos e de tempo disponível de alguns dos seus membros devido ao elevado número de projectos em curso.
- ✓ António Kiala fez um balanço das actividades realizadas desde Fortaleza informando que o Relatório de sistematização das actividades foi partilhado com os membros da FONGA e que, em conjunto com a ADRA, estão a tentar avançar com o fortalecimento da Rede de Segurança Alimentar. Nesse sentido, desenvolveram já vários contactos para motivar outros parceiros para essa iniciativa e também tentaram encontrar dois consultores nacionais para ajudar na realização do diagnóstico sobre direito à alimentação. Contudo, informou que a realização desse diagnóstico ainda não avançou devido aos poucos consultores nacionais disponíveis.



*Representantes dos vários parceiros dos PALOP fazem balanço de actividades da Rede desde a última reunião em Fortaleza em Julho de 2007.*

- ✓ Os dois parceiros informaram também que estão em curso três processos importantes em Angola que podem facilitar o fortalecimento da rede: i) Existem Fóruns de organizações de camponeses em algumas províncias que devem ser levados em conta na rede; ii) O Estado angolano está a investir na descentralização que inclui a criação de conselhos de concertação a nível municipal; iii) Vai realizar-se a Conferência Nacional da Sociedade Civil (anual e que implica a realização de conferências provinciais) que constitui uma boa oportunidade para discutir a temática da SAN.
- ✓ Em representação de **São Tomé e Príncipe** esteve Maria Odete Aguiar da *FONG – Plataforma de ONG de STP*. A interveniente começou por dar algumas informações relativas às actividades das ONG nacionais, referindo que existem algumas que trabalham em áreas inerentes à segurança alimentar, como por exemplo, agricultura, pecuária e pesca, além das que exercem acções nos domínios de educação e saúde e temas transversais como direitos humanos. Contudo, essas acções não são desenvolvidas de uma maneira integrada e coordenada, tendo em conta o conceito de

segurança alimentar. De uma maneira geral, esse tema em concreto ainda é muito incipiente nas agendas das organizações. Por esta razão considera de extrema importância a realização de um encontro/seminário para discutir a temática com os parceiros.

- ✓ Salientou ainda as seguintes acções realizadas em sequência à reunião de Fortaleza, nomeadamente:
  - Realização de um concurso restrito para contratação de um Consultor Nacional para realização de um Diagnóstico sobre a Situação da Insegurança Alimentar e Nutricional em STP. Foram consultados 7 candidatos dos quais se recebeu 4 propostas. Um resumo das propostas financeiras recebidas foi enviado ao IFSN.
  - Tendo em conta a nossa fraca capacidade financeira e considerando que fomos informados sobre a intenção do PAM de realizar um estudo com alguns objectivos comuns, decidimos não realizar essa pesquisa e contactar o PAM, para evitar a duplicação de acções e desperdício financeiro.
  - A FONG participou em vários encontros de trabalho durante a realização do estudo VAM (Análise Abrangente da Segurança e Vulnerabilidade Alimentar em STP) liderado pelo PAM. O Programa Alimentar Mundial (PAM) está prestes a terminar o diagnóstico nacional sobre a situação da insegurança alimentar no país.
  - Foi realizado na sede da ONG MARAPA (filial da FONG, especialista em pesca e ambiente), um encontro com o representante da FAO com o objectivo de identificar as principais prioridades no âmbito da colaboração entre o Governo e as ONGs visando a promoção do sector produtivo em STP.
  - A FONG participou na reunião no Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (MADRP) onde foram discutidos os primeiros passos para a formulação do Programa Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional em STP, orientados pela FAO.
- ✓ Por fim, em representação da **Guiné-Bissau** falou Carlos Rui Ribeiro (ActionAid Guiné-Bissau). Em primeiro lugar, começou por partilhar alguns dos trabalhos que têm em curso no país: i) Trabalhos de *lobby* e *advocacy* para influenciar as políticas; ii) Trabalhos na área da descentralização; iii) Apoio a projectos com as culturas do arroz e caju (duas das culturas mais importantes do país); iv) Participação na concepção técnica, discussão, elaboração e disseminação da lei de terras, e do respectivo regulamento.
- ✓ Relativamente ao seguimento de Fortaleza informou que tem mantido contactos com o representante da Plataforma de ONGs da Guiné-Bissau (PLACON – GB), o qual esteve presente em Fortaleza, e que participou na reunião de restituição das actividades e conclusões aos demais parceiros da PLACON-GB<sup>3</sup>. Ademais, partilhou que, por sugestão deste representante da PLACON-GB, passou a ser o coordenador do estudo sobre SAN, cujos contactos com dois consultores já se havia iniciado mas que não se efectivou a contratação por limitações orçamentais.

---

<sup>3</sup> O documento encontra-se disponível no site do IFSN.

### Tópico 3 – Resenha das Actividades IFSN

- ✓ Marta Antunes começou por partilhar a experiência da iniciativa **IFSN InfoFair** realizada em Julho de 2007 em Bruxelas. Com esta acção pretendeu-se mostrar em Bruxelas os principais resultados do IFSN e trocar impressões com responsáveis da CE. Representantes das redes nacionais apoiadas pelo IFSN de África, Ásia e América Latina estiveram presentes.
- ✓ A interveniente partilhou também as actividades desenvolvidas pelo IFSN no âmbito da **Cimeira Europa-África** que se realizou no final de 2007 em Lisboa. Essas actividades, que tiveram, entre outras, a finalidade de trazer as redes nacionais a participar em instâncias internacionais, incidiram sobre dois momentos particulares: o primeiro consistiu na participação de vários parceiros no “*Fórum da Sociedade Civil Euro-Africana*” em Novembro; o segundo consistiu em actividades paralelas desenvolvidas durante a própria Cimeira em Dezembro.
- ✓ O “*Fórum da Sociedade Civil Euro-Africana*” de Novembro foi organizado pela Plataforma Portuguesa das ONGD sob os auspícios da presidência portuguesa da UE com o objectivo de analisar a política e o debate entre as duas regiões numa perspectiva de alargamento do diálogo. Durante os três dias de trabalho realizaram-se vários grupos de debate. Em representação do IFSN estiveram a coordenadora global e a rede FoodSPAN (Gana) e FASONET (Malawi), para além de parceiros da ActionAid de Bruxelas, Zâmbia, Senegal e Nigéria. A interveniente sublinhou que um importante resultado desta participação foi a inclusão do direito à alimentação e da luta contra a fome como prioridades no documento de recomendações que foi enviado aos chefes de Estado e de Governo presentes na Cimeira. Ademais, foram ainda incluídas referências aos Acordos de Parceria Económica (APE) e às suas graves consequências para o direito à alimentação dos países ACP<sup>4</sup>.
- ✓ Durante a Cimeira de Dezembro realizaram-se duas actividades com particular impacto: a primeira consistiu na realização de um Tribunal de Opinião Pública sobre o Direito à Alimentação seguido de uma acção de rua para sensibilização pública para o cumprimento desse direito fundamental; a segunda consistiu na participação em eventos paralelos dentro da Cimeira – onde estiveram presentes Jacques Diouf (director-geral da FAO) e Kofi Annan (ex-secretário geral da ONU) – procurando trazer para a agenda da cimeira o direito à alimentação e a problemática dos APE.
- ✓ A interveniente referiu ainda que o IFSN tem estado muito empenhado em acompanhar também temas como o acesso à terra e os direitos das mulheres. Nesse sentido, teve uma participação muito activa na preparação e durante a **Conferência Internacional da Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (CIRADR)** – que se realizou em 2006 no Brasil, mais de 20 anos após a primeira conferência – conseguindo que alguns pontos decisivos fossem incluídos na declaração final. Esse processo de seguimento foi posteriormente encaminhado para a Comissão de Agricultura (COAG) da FAO e novamente o IFSN tentou colocar as reivindicações do CIRADR na agenda política. Apesar de todas as declarações e documentos assinados, ainda não houve um compromisso político claro por parte dos governos para implementar as medidas propostas. É por isso que o IFSN e os seus parceiros continuam empenhados em manter viva esta discussão.
- ✓ Relativamente aos APEs, para além das intervenções realizadas durante a Cimeira Europa-África, o IFSN e seus parceiros participaram numa *tourné* de lobby para sensibilizar e chamar atenção para a violação do direito à alimentação que decorre desses acordos.
- ✓ Por fim informou ainda que o IFSN proporcionou várias acções de capacitação sobre direito humano à alimentação nomeadamente em Malawi, Moçambique, Guatemala, Bangladesh/Índia, Haiti, Gambia/Ghana, Vietname. Ademais, informou que já se encontram prontos os relatórios sobre o diagnóstico do DHA do Haiti, Nicarágua, Bolívia, Peru e Paraguai e que para 2008 se espera fazer no Bangladesh, Gambia, Uganda, Ghana, Moçambique, Guatemala, Senegal, Camboja, Afeganistão, Paquistão, Índia e Nepal.

---

<sup>4</sup> No **Anexo 2** encontra-se o documento de posição elaborado pelos parceiros do IFSN e ActionAid presentes neste Fórum.

- ✓ A interveniente abordou ainda a possibilidade de utilizar o Boletim trimestral (Newsletter do IFSN) como instrumento de prestação de contas e no qual podem e devem ser divulgadas as actividades dos parceiros.

#### Tópico 4 – Segurança Alimentar e Sociedade Civil nos PALOP: desafios para a articulação em rede

- ✓ Neste tópico, João Pinto (Consultor do IFSN), apresentou aos participantes uma publicação elaborada para o IFSN subordinada ao tema supracitado. Esta publicação, que em breve será enviada para os PALOP, constitui mais uma ferramenta do IFSN para ajudar a capacitar os parceiros na temática da SAN e Direito à Alimentação. O interveniente explicou que os objectivos principais que se pretendem com esta publicação são os seguintes:
  - i) Introduzir a temática da SAN trazendo à discussão alguns conceitos e matérias relacionadas para capacitar os actores das redes dos PALOP;
  - ii) Dar algumas pistas para melhorar a intervenção nos processos de discussão, formulação e implementação das estratégias e programas nacionais de SAN em curso em todos os PALOP;
  - iii) Estimular as organizações para se envolverem mais activamente no trabalho em rede, dando algumas sugestões para a sua dinamização.
- ✓ Posteriormente, referiu de forma breve o conteúdo das 5 partes principais que constituem o texto: i) PARTE I - Conceitos básicos sobre Segurança Alimentar e Nutricional; PARTE II - Alimentação: um direito humano fundamental; PARTE III - Alimentação: uma questão de soberania; PARTE IV - Políticas Nacionais de SAN e Participação Social; PARTE V - Trabalhar em Conjunto: Desafios da Articulação em Rede; ANEXOS – Glossário básico de Termos relacionados e Recursos na Internet.
- ✓ Seguidamente, o interveniente abordou com mais detalhe um dos pontos específicos da publicação para abrir o debate para o tópico seguinte. Referindo-se à formulação das políticas de SAN nos PALOP lembrou que tais medidas se enquadram também nos compromissos assumidos pela comunidade internacional, particularmente no âmbito da Cimeira Mundial Alimentação (1996; 2002) e dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs). Ademais, lembrou também que no Plano de Acção de Roma consta uma recomendação explícita para os países nesse sentido:

*“A implementação das recomendações do Plano de Acção da CMA é uma responsabilidade de cada Estado, mediante a legislação nacional e a formulação de estratégias, políticas, programas com o objectivo de conseguir a segurança alimentar.”* In: Plano de Acção da CMA (Roma, 1996).
- ✓ Após sublinhar a importância da participação social nesses processos, explicou alguns princípios básicos que as organizações devem levar em consideração para melhor estruturar suas intervenções. A saber: a) Forte compromisso político; b) Princípio do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA); c) Múltiplas dimensões da SAN; d) Intersectorialidade; e) Enquadramento da política de SAN; f) Participação Social; g) Descentralização; h) Equidade; i) Atribuição de recursos.
- ✓ Pelo exposto, considerou-se que no actual momento as organizações dos PALOP estão perante vários desafios e oportunidades que devem ser tidas em consideração:
  - Fazer frente aos actuais problemas de Insegurança Alimentar nos PALOP para melhorar as condições de vida das populações e cumprir os objectivos internacionais;
  - Actual contexto da SAN na agenda dos governos com definição de políticas públicas (Estratégias e Programas de SAN);
  - Importância crescente da sociedade civil e tradição de cooperação entre os países lusófonos (trabalho em rede);

- Partilhar informação e conhecimento em matéria de SAN e trocar experiências entre os países (Maior capacidade para influenciar as políticas);
- Construir capacidades conjuntamente (Recursos humanos e organizacionais);
- ✓ Por fim, e abrindo a discussão para os tópicos seguintes lançou as seguintes questões para reflexão:  
a) O que podemos fazer a nível nacional?; b) O que podemos fazer a nível regional?; c) O que temos disponível em cada país (recursos humanos, financeiros, nível de envolvimento parceiros nacionais...); d) Qual pode ser o papel e a contribuição do IFSN?

#### Tópico 5 – Ponto de situação das Estratégias e Programas Nacionais de SAN nos PALOP

- ✓ Neste tópico discutiu-se o “estado da arte” sobre os processos de formulação e implementação de políticas nacionais de SAN nos PALOP.
- ✓ No caso de **Angola** o governo encontra-se a formular um Programa Nacional de Segurança Alimentar (PNSAN) desde 2006. Este processo é liderado pelo Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural (MINADER) através do Gabinete de Segurança Alimentar (GSA) e conta com apoio técnico da FAO. Para a formulação do PNSAN o governo conformou uma equipa técnica interministerial composta por técnicos oriundos dos vários ministérios com responsabilidades na questão da SAN.
- ✓ Neste momento o governo de Angola encontra-se a concluir o Draft da Estratégia Nacional de SAN a qual incluirá um Plano de Acção e prepara-se para iniciar um processo de consultas públicas que, ao que tudo indica, decorrerá durante os meses de Abril e Maio de 2008 através da realização de seminários regionais e um seminário nacional de validação no final de Junho. Nesse sentido, considerou-se que os próximos dois meses são particularmente importantes para que a sociedade civil possa participar activamente nas discussões a fim de contribuir com comentários e propostas para esse Draft.
- ✓ Em **Moçambique** o governo apresentou publicamente a sua segunda Estratégia Nacional de SAN (ESAN II) no Dia Mundial da Alimentação (16.10.2007). Esta vem no seguimento da ESAN I em curso desde 1998. Ao que tudo indica, nesta nova estratégia – a qual será acompanhada do correspondente Plano de Acção (PASAN II) – pretende inovar ao incluir um Conselho Nacional de SAN que se pretende seja um espaço intersectorial e multidisciplinar com a participação de Governos, sociedade civil e organizações internacionais.
- ✓ Note-se que, até ao momento, Moçambique dispõe de um Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN) que se encontra vinculado ao Ministério da Agricultura mas onde a sociedade civil, nomeadamente a ROSA, tem tido participação activa podendo, assim, dialogar com o governo e apresentar suas propostas. Esta estrutura possui já algumas congéneres a nível provincial (SETSAN-Provinciais), numa clara aposta pela descentralização.
- ✓ Na ESAN II procurou-se também incluir de forma explícita a Direito à Alimentação como princípio fundamental. A respeito, Pedro Marenja lembrou que a ROSA vem discutindo em Moçambique a importância de se adoptarem mecanismos de exigibilidade que garantam o cumprimento desse direito, para além da sua mera referencia na ESAN II ou na legislação correspondente.
- ✓ Com a aprovação da ESAN II, coloca-se um enorme desafio à sociedade civil que é o de monitorar e acompanhar a sua implementação, garantindo que as acções definidas são efectivamente levadas a cabo conforme previsto.
- ✓ No caso da **Guiné-Bissau** o Governo está também a finalizar o *Draft* do Programa Nacional de SAN. Nesse sentido, considera-se que a sociedade civil pode ainda ter um papel decisivo antes da sua aprovação final podendo, se para tal houver espaço, influenciar o conteúdo do Programa com propostas e sugestões. No entanto, ao contrário de Angola, não se sabe ainda como decorrerão as

consultas públicas mas os parceiros se comprometeram a averiguar essa situação para definir intervenção no processo.

- ✓ Em **Cabo Verde** está a ser implementado um Plano Nacional de SAN que derivou da Estratégia Nacional definida para o país.
- ✓ Em **São Tomé e Príncipe** foram dados os primeiros passos em Fevereiro de 2008 para o Governo iniciar a formulação do Programa Nacional de SAN.

#### Tópico 6 – Estratégia de intervenção da sociedade civil nos processos de definição e implementação das políticas de SAN nos PALOP

- ✓ Atendendo a que todos os países estão a passar por processos semelhantes ao nível destas políticas – Angola, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau (em formulação) e Cabo Verde e Moçambique (em implementação) – considerou-se oportuno definir iniciativas que promovessem a participação da sociedade civil nessa discussão.
- ✓ No caso de **Cabo Verde** verifica-se que uma das medidas importantes da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar é a constituição de instâncias de participação a nível municipal, a nível de ilha e a nível nacional – Conselho Nacional de SAN. Espera-se que nesta estrutura nacional esteja um representante da sociedade civil e um do sector privado. Contudo, esta acção ainda não está em curso pelo que se justifica uma acção de *lobby* e *advocacy* para a importância de implementar essa instância a fim de promover a participação social na discussão.
- ✓ Ainda ao nível da implementação do Plano de Acção da estratégia nacional de SAN, considera-se que é importante saber junto do Governo como irá decorrer o “acompanhamento e monitoria” para avaliar como a sociedade civil pode melhor se engajar nesse processo. Assim, os parceiros de Cabo Verde irão interceder junto da Direcção de Segurança Alimentar (estrutura vinculada ao Ministério da Agricultura responsável pela implementação do Plano de Acção) para saber informações sobre esta fase.



*Participantes discutem conjuntamente as possíveis estratégias de intervenção da sociedade civil no âmbito dos processos em curso de formulação das políticas nacionais de SAN.*

- ✓ Em **Moçambique** a ROSA já definiu que a monitoria e acompanhamento da política a partir dessa data da sua apresentação pública faz parte das actividades planificadas.
- ✓ No caso de **Angola** os parceiros consideraram que é muito importante encontrarem rapidamente um mecanismo de articulação que lhes permita participar no processo de discussão pública sobre o PNSAN que irá ter lugar nos próximos dois meses. Nesse sentido, espera-se que consigam aceder ao Draft do PNSAN no início de Abril, aquando da sua disponibilização pública, para então o analisarem

com os parceiros locais e prepararem as suas intervenções nos seminários regionais e nacional no país. Por outro lado, consideraram também que deveriam sistematizar um documento com comentários e propostas de melhoria ao Draft do PSNAN e enviá-lo oficialmente para o Ministério da Agricultura com as suas posições.

- ✓ Na **Guiné-Bissau** os parceiros irão tentar junto do Governo e da FAO saber mais pormenores sobre os próximos passos no processo de formulação do PNSAN para melhor articularem sua contribuição. Depois disso, tentarão uma possível concertação comum em Julho/Agosto para participarem na discussão do conteúdo da política nacional.
- ✓ No 2º semestre identificaram-se as seguintes iniciativas: acções de *lobby* junto do Governo; participação na elaboração do plano de acção de segurança alimentar e na definição da legislação correspondente.
- ✓ Em **São Tomé e Príncipe** espera-se que os trabalhos de formulação do Programa Nacional comecem oficialmente ainda no primeiro semestre. Até lá, os parceiros irão aguardar pelos resultados do diagnóstico de insegurança alimentar que está a ser finalizado pelo PAM para depois o analisarem durante os meses de Maio e Junho. Ademais, espera-se que as organizações nacionais encontrem uma forma de articulação que lhes permita integrar-se, desde início, nas discussões sobre o conteúdo da política nacional de SAN.

#### Tópico 7 – Definição de actividades e próximos passos da Rede

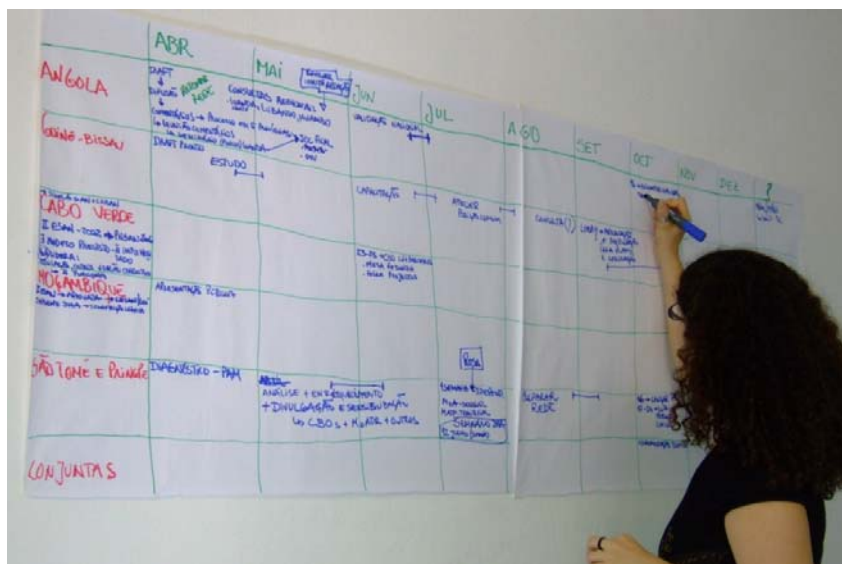
- ✓ Para além das intervenções específicas ao nível das políticas nacionais de SAN, os participantes identificaram também outros momentos particulares que justificavam iniciativas nacionais, regionais e internacionais relacionadas com a rede. Ao longo destas sessões de *brainstorming* foi elaborado um mapa geral das actividades para o ano 2008 com a identificação dos momentos importantes de intervenção (ver Quadro 4).

#### *Actividades nacionais*

- ✓ O representante de **Cabo Verde** sugeriu também que no mês de Junho (23 a 25) se faça uma actividade relacionada com a SAN e Direito à Alimentação pois irá decorrer nessa altura uma mesa redonda com parceiros da sociedade civil (espera-se a participação de 100 parceiros); paralelamente, decorrerá também uma feira de projectos associativos que poderá ser interessante para verificar que tipo de iniciativas relacionadas com a SAN estão em curso ou se poderão implementar.
- ✓ Ainda em **Angola** espera-se que decorra este ano mais uma Conferência Nacional da sociedade civil o qual poderá ser um bom espaço para sensibilizar e partilhar informações sobre estas temáticas.
- ✓ Na **Guiné-Bissau**, para além da intervenção na discussão do PNSAN foram identificadas outras iniciativas como a conclusão do estudo sobre o direito humano à alimentação no país que deve ficar concluído em Abril/Maio e uma acção de capacitação e sensibilização aos parceiros locais sobre estes temas durante Junho/Julho.
- ✓ Em **São Tomé e Príncipe** identificou-se que durante o mês de Julho irá decorrer no país a comemoração anual da independência (12 de Julho) e por isso se considera oportuno tentar realizar um seminário subordinado ao tema do Direito à Alimentação nessa altura.
- ✓ Os meses de Agosto e Setembro serão destinados para discutir de forma mais aprofundada com os parceiros a possível constituição da rede nacional de SAN. Nessa altura, será necessário preparar Termos de Referência, propostas de objectivos e programas, orçamentação adequada, etc. Espera-se que esse processo culmine no dia 16 de Outubro (dia Mundial da Alimentação) com o lançamento oficial da rede de STP.



- ✓ Por outro lado, na semana de 17 a 24 de Outubro decorrerá em STP a semana das Nações Unidas de Luta contra a Pobreza organizada pela UNICEF. Também nesse momento se considera oportuno realizar alguma acção subordinada à temática de trabalho da rede.
- ✓ Em **Moçambique** serão levadas a cabo as acções previstas no plano anual de actividades que se adequa ao trabalho que já vêm fazendo há alguns anos no país ao nível do diálogo com governo, realização de estudos e acções com parceiros locais (Ver [www.rosa.org.mz](http://www.rosa.org.mz)).



Marta Antunes, Coordenadora Global do IFSN, ajuda na sistematização das propostas dos parceiros quanto às actividades e próximos passos da Rede a nível nacional, regional e internacional.

### Actividades regionais e internacionais

- ✓ Uma possível actividade conjunta poderá acontecer durante o mês de Junho por altura da realização da **Conferência Regional da FAO** no Quênia.
- ✓ Durante o mês de Setembro o IFSN irá tentar organizar em Bruxelas a “II IFSN InfoFair” que poderá ser um momento interessante para partilhar experiências entre os vários países e apresentar os resultados deste esforço conjunto em Bruxelas.
- ✓ Atendendo a que o **Dia Mundial da Alimentação**, anualmente comemorado a 16 de Outubro, é sempre uma “data chave” para esta discussão, considerou-se de forma unânime que deveriam ser levadas a cabo actividades próprias em cada país, às quais deve ser dada visibilidade, bem como uma actividade conjunta (a ser definida) englobando a Rede Sub-Regional.
- ✓ Para além destas, o IFSN se comprometeu a identificar outras possíveis intervenções no plano internacional e regional que atempadamente serão propostas e discutidas com os parceiros da rede.

## 5. CONCLUSÕES

No final da reunião foram sistematizadas as seguintes conclusões:

- ✓ Conclui-se que **desde a primeira reunião de Fortaleza houve vários avanços registados a nível dos países, demonstrando que aos poucos a rede se vai consolidando**. No entanto, várias dificuldades foram encontradas que limitaram o cumprimento do Plano de Acção Conjunto então definido: i) Manifesta falta de recursos financeiros e humanos (pessoal técnico capacitado no tema) para realizar as actividades propostas; ii) Dificuldade em encontrar consultores para apoiar a realização dos diagnósticos e/ou incompatibilidade de recursos disponíveis contra as propostas de honorários por eles apresentadas; iii) Na maior parte dos casos a SAN ainda não é um tema prioritário nas agendas das ONG nacionais, no sentido global do tema, o que dificultou a motivação de muitos parceiros.
- ✓ Conclui-se que **o actual momento ao nível da formulação e/ou implementação de estratégias e programas nacionais de SAN justifica uma intervenção organizada da sociedade civil** de forma a melhor contribuir com suas propostas para o conteúdo dessas políticas. Para tal, foi definida uma estratégia de intervenção com base na identificação dos momentos chave de cada país.
- ✓ Para além do nível nacional, conclui-se que **é importante intensificar as acções no plano regional e internacional para fortalecer a intervenção da rede no seu conjunto e aumentar a troca de experiências entre os vários países**. Para tal, foram identificadas várias momentos chave de intervenção conjunta para o ano de 2008.
- ✓ Concluiu-se ainda que **é indispensável aumentar as capacidades nos temas da SAN e Direito à Alimentação das organizações envolvidas**, assim como **dedicar um esforço maior à troca de informação entre os vários parceiros**, por exemplo, através dos recursos disponíveis na página dos PALOP incluída no *Website* do IFSN e respectiva *Newsletter*.
- ✓ Conclui-se que **a captação de recursos é uma responsabilidade colectiva** a que cada parceiro deve dedicar especial atenção. No entanto, regista-se também como conclusão que **o IFSN irá intensificar os seus esforços ao nível da canalização de recursos e de apoio técnico** para as redes nacionais entretanto formadas, bem como para a rede sub-regional.
- ✓ Em termos globais conclui-se que **os vários parceiros estão motivados para continuar seus esforços de fortalecimento desta rede sub-regional englobando os PALOP** conforme explicitam o ponto 6, os Tópicos 6 e 7 do Ponto 4 e o Cronograma do Quadro 4, justificando-se assim a continuidade do IFSN para mais 2/3 anos.
- ✓ Porém, cabe registar, como importante conclusão, o enorme desafio que está colocado a todos os países que é o de **avançar com uma articulação sub-regional antes de consolidar os respectivos processos nacionais**. Apesar de ser unânime que a articulação sub-regional pode ajudar a fortalecer as redes nacionais por via da troca de experiências entre os países, **considera-se que deve ser dada particular atenção à discussão a nível interno**, bem como ir passando responsabilidades para as redes nacionais.

## 6. PLANO DE INTERVENÇÃO 2008

Após a identificação das actividades mais importantes a realizar durante o ano 2008, os parceiros discutiram aspectos burocráticos e institucionais para levar a cabo esta iniciativa. Desde logo, considerou-se que deveria ser dado **seguimento aos pontos constantes do Plano de Acção Conjunto definido em Fortaleza** que ainda não foram terminados (particularmente restituição/reunião com os actores locais, realização dos diagnósticos, acções de sensibilização e capacitação e utilização do espaço PALOP no site IFSN (Ver introdução deste documento).

Para além da continuação desse plano foram definidas várias **intervenções nacionais e regionais para o ano 2008** que se encontram discriminadas no Tópico 6 e 7 do Ponto 4 (secção anterior) e no Cronograma do Quadro 4.

Acordaram-se ainda os seguintes **aspectos institucionais e administrativos**:

- ✓ **Representação institucional da rede:** Por se tratar de uma articulação informal (sem estatuto jurídico), em cada momento e "caso a caso" será definido conjuntamente quem representa e fala em nome da rede;
- ✓ **Atribuição de recursos:** Cada organização deve estimar o orçamento necessário para a realização das actividades propostas no Plano de Intervenção bem como identificar os recursos que tem disponíveis ou que pode canalizar para esse efeito; Até dia **15 de Abril** devem ser enviadas para o IFSN essas informações para que se possa avaliar a possível contribuição do IFSN (atribuição de recursos a nível nacional e para actividades conjuntas).
- ✓ **Divulgação e troca de informação:** Cada organização deve enviar informação que considere pertinente para alimentar a página dos PALOP e os respectivos espaços nacionais disponíveis no site do IFSN (Contacto: Élia Henriques / E-mail [IFSN.Communication@actionaid.org](mailto:IFSN.Communication@actionaid.org)). Nesta página serão também disponibilizados todos os relatórios de actividades realizados até ao momento, bem como ferramentas (estudos, manuais, textos, etc.) que podem ajudar os parceiros a intervir nas temáticas da SAN e Direito à Alimentação. Ademais, os parceiros poderão também contribuir com notícias ou pequenos artigos para o Boletim do IFSN.
- ✓ **Pontos Focais e Facilitadores:** Para melhorar as trocas de comunicação e estreitar os laços de contacto entre os vários parceiros foram definidos pontos focais em cada país, assim como um facilitador regional e internacional (Ver Quadro 3). Os papéis e responsabilidades dos facilitadores foram definidos nesta reunião e encontram-se na Caixas.
- ✓ **Candidatura final 2008:** Atendendo a que o IFSN irá elaborar uma candidatura no final de 2008 para continuar este projecto global, os parceiros da rede deverão enviar até **Outubro** as suas contribuições ao IFSN através da definição de um "Plano de Actividades dos PALOP" a ser discutido entre os vários parceiros.
- ✓ **O IFSN fará visitas de apoio aos países,** para além de apoio técnico nas áreas correspondentes para ajudar os parceiros nacionais a levarem a cabo as suas actividades;

<p><b>Caixa 1</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Papel do Facilitador Regional</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Facilitar a comunicação e troca de informação entre as organizações da Rede;</li> <li>- Zelar pelo cumprimento do Plano de Trabalho definido;</li> <li>- Fazer o acompanhamento dos planos de trabalho;</li> <li>- Identificar em cada país as forças e fraquezas de cada parceiro;</li> <li>- Suscitar iniciativas e procurar oportunidades;</li> <li>- Arquivar a informação e as memórias das actividades;</li> <li>- Fazer um relatório anual de actividades;</li> <li>- Não assume a representação da rede pois tal se decidirá “caso a caso” consoante o momento;</li> <li>- Articular-se com a coordenação global do IFSN;</li> </ul> <p style="text-align: center;"><b>Papel do IFSN</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Facilitar as actividades a nível regional e internacional e identificar oportunidades de intervenção conjuntas;</li> <li>- Aumentar a possibilidade de acesso a recursos;</li> <li>- Prestar apoio técnico nos temas da SAN e Direito à Alimentação;</li> </ul>
--

Quadro 3 – Lista de pontos focais e facilitadores

País	Ponto Focal	E-mail	Telefone
Angola	Hélder Marcelino <i>Parceiro: ADRA – Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente</i>	<a href="mailto:chehelder@yahoo.com.br">chehelder@yahoo.com.br</a> <a href="mailto:adra-ang@ebonet.net">adra-ang@ebonet.net</a>	+244 923835561
Cabo Verde	António Pedro Silva <i>Parceiro: ADECO – Associação para a Defesa do Consumidor</i>	<a href="mailto:adeco@cvtelecom.cv">adeco@cvtelecom.cv</a>	+238 232 70 33
Guiné-Bissau	Quinta Vieira Jaló <i>Parceiro: ActionAid Guiné-Bissau</i>	<a href="mailto:quinta.vieira@actionaid.org">quinta.vieira@actionaid.org</a> <a href="mailto:kintavieira@yahoo.com.br">kintavieira@yahoo.com.br</a>	+245 7202101 +245 6913861
Moçambique	Pedro Marenja <i>Parceiro: ROSA – Rede de Organizações pela Soberania Alimentar</i>	<a href="mailto:rosa@rosa.org.mz">rosa@rosa.org.mz</a> <a href="mailto:secretariado@rosa.org.mz">secretariado@rosa.org.mz</a>	+ 258 21 31 48
São Tomé e Príncipe	Maria do Céu Carvalho <i>Parceiro: FONG – Federação das ONGs de São Tomé e Príncipe</i>	<a href="mailto:ceucarvalho@yahoo.com">ceucarvalho@yahoo.com</a> <a href="mailto:fong@cstome.net">fong@cstome.net</a>	+239 22 67 54 +239 92 04 75
Apoio	Facilitador	E-mail	Telefone
Facilitador Regional <i>(Guiné-Bissau)</i>	Quinta Vieira Jaló <i>Parceiro: ActionAid Guiné-Bissau</i>	<a href="mailto:quinta.vieira@actionaid.org">quinta.vieira@actionaid.org</a> <a href="mailto:kintavieira@yahoo.com.br">kintavieira@yahoo.com.br</a>	+245 7202101 +245 6913861
Facilitador Internacional <i>(Brasil)</i>	Marta Antunes <i>Parceiro: IFSN/ActionAid</i>	<a href="mailto:marta.antunes@actionaid.org">marta.antunes@actionaid.org</a> <a href="mailto:ifsn@actionaid.org">ifsn@actionaid.org</a>	+55-21 21894600

Quadro 4 – Cronograma de intervenção 2008

Actividades	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
<b>Angola</b>	Consultas Públicas ao Draft do PNSAN; - Reunião prévia com parceiros-chave; - Participação nos Seminários Regionais; - Elaboração de documento com comentários para enviar ao MINADER;		- Final do mês: Participação no Seminário Nacional de Validação do PNSAN;				- 15 e 16: Encontro Nacional das Comunidades (Tema: SAN e Mulher Rural);  - 16: Actividade no Dia Mundial da Alimentação;		
<b>Cabo Verde</b>			- 23-25: i) Mesa Redonda com parceiros; ii) Feira de projectos.				- 16: Iniciativa no dia Mundial da Alimentação;		
<b>Guiné-Bissau</b>	- Análise do Draft do PNSAN; - Realização do Diagnóstico sobre Direito à Alimentação;		- Acção de Capacitação; - <i>Atelier</i> posição comum;		- Possível consulta pública ao PNSAN;		- 16: Lançamento Rede nacional;		
<b>Moçambique</b>				- Possível ida da ROSA a S. Tomé;			- 16: Iniciativa com Governo;		
<b>São Tomé e Príncipe</b>	- Lançamento público do Diagnóstico do PAM;	- Análise do diagnóstico do PAM numa perspectiva do direito à alimentação;		- Comemorações semana da independência;  - 12 (semana): Seminário Direito à Alimentação;		- Preparar a Rede Nacional (discussão com parceiros, análise de oportunidades, definição de actividades, etc.);	- 16: Dia Mundial da Alimentação e Lançamento da rede;  - 17 – 24: Semana de Luta contra a Pobreza;		
<b>Actividades Conjuntas</b>	- Até 15 de Abril: Enviar para IFSN orçamento das actividades nacionais;		- Possível participação conjunta na Conferência Regional FAO (Quénia): 13 a 15 Sociedade Civil e 16 a 20 Conferência Oficial.			- Possível participação dos PALOP na "IFSN Info Fair" (Bruxelas);	- Realizar uma iniciativa conjunta dos PALOP no dia 16;	- Proposta de actividades conjuntas para 3 anos (candidatura IFSN);	- Relatório Anual de Actividades;

## 7. AVALIAÇÃO CONJUNTA

Para fechar a reunião os participantes foram incentivados a fazer uma avaliação conjunta dos trabalhos realizados ao longo do dia face aos objectivos inicialmente propostos. De forma unânime consideraram que os objectivos da reunião foram atingidos e que a discussão foi muito proveitosa.

Ademais, sublinharam e agradeceram o esforço realizado pelo IFSN, particularmente pelo seu escritório no Brasil, que num curto espaço de tempo conseguiu organizar esta reunião e resolver os habituais problemas burocráticos que envolvem deslocações internacionais. Para melhor espelhar as opiniões finais, registam-se a seguir alguns excertos das intervenções efectuadas:

### Caixa 3 – Declarações participantes

*"Parece claro que os resultados foram satisfatórios..."*

*"... nota-se que existiu muito trabalho feito antes da reunião."*

*"Existe um consenso quanto à motivação e continuidade da iniciativa..."*

*"Os desafios que se colocam a partir de agora são enormes..."*

*"... estamos no início de um caminho muito longo."*

*"... depende de todos a continuação deste processo."*

*"Há necessidade de partilhar mais informação entre todos..."*

*"É necessário aumentar a cultura conjunta de PALOP..." " ... isso implica fortalecer os laços culturais e históricos comuns".*

*"Uma lição aprendida com esta reunião é que a amizade é importante para facilitar os relacionamentos institucionais."*

*"Quando não nos conhecemos, há uma barreira no fluxo de informação; Quando nos conhecemos, quebram-se essas barreiras".*



*Maria Odete (FONG, São Tomé e Príncipe); João Pinto (Consultor IFSN), Quinta Vieira (ActionAid Guiné-Bissau); Carlos Rui Ribeiro (ActionAid Guiné-Bissau); Marta Antunes (Coordenadora Global do IFSN); Domingos 'Dinho' Major (ADRA, Angola); Pedro Marenja (ROSA, Moçambique); Avelino Bonifácio (PONG's, Cabo Verde); António Kiala (FONGA, Angola) e Regina Domingues (Assistente IFSN).*

Olinda/Brasil, Março de 2008.

# ANEXOS

## ANEXO I – Descrição do Projecto IFSN

O Projecto IFSN – “Construindo Redes de Segurança e Soberania Alimentar” vem sendo implementado pela *ActionAid International* e co-financiado pela União Europeia e tem como principal objectivo fortalecer e/ou criar redes nacionais de segurança ou soberania alimentar que facilitem o diálogo amplo entre os diferentes actores da sociedade civil, governos e doadores no sentido de contribuir para a efectiva implementação dos marcos institucionais e legais do direito humano à alimentação nos países do Sul.



O IFSN desenvolve um conjunto de actividades que incluem o trabalho em rede, construção de parcerias, pesquisa, capacitação e partilha de conhecimento bem como acções de lobby e advocacy que contribuem para influenciar a definição, implementação e monitoria de políticas nacionais de segurança alimentar, coordenadas entre vários ministérios, e que favorecem os grupos mais vulneráveis, em particular mulheres agricultoras e camponesas.

Neste sentido as redes nacionais estabelecem pontes com governos e doadores internacionais de forma a negociarem e fazerem monitoria de políticas relacionadas com SAN e de influenciarem a definição de leis, além de fortalecerem as vozes dos governos do Sul nas negociações internacionais.

As redes nacionais do IFSN compreendem grupos e organizações de mulheres, movimentos e organizações camponesas e da agricultura familiar, ONGs, organizações de pessoas com HIV/SIDA, grupos e organizações de jovens, grupos e organizações de consumidores, organizações de carácter religioso e centros de estudos e pesquisas.

O IFSN trabalha em parceria com mais de 450 organizações locais e nacionais Sul, principalmente da África, contando também com a colaboração da Ayuda en Acción, FIAN International, ICCO, Plataforma Portuguesa de ONGD entre outras organizações internacionais.

**Este projecto que teve início em 2004 e após três anos, 23 redes nacionais estão hoje articuladas nesta iniciativa internacional**

**Américas** – Guatemala (REDSSAG), El Salvador (REDSSAE), Haiti (RENHASSA), Honduras (SARAH), Nicarágua (GISSAN), Equador (IFSN), Colômbia (RSSAA) e Bolívia (ASSAN).

**África** – Angola (RSAA), Burkina Faso (ROSSAD), Etiópia (CFS), Gana (FoodSPAN), Guiné-Bissau (IFSN), Malawi (FOSANET), Moçambique (ROSA), Uganda (FRA), Senegal (IFSN) e Gambia (IFSNTG).

**Ásia** – Afeganistão (IFSNA), Bangladesh (IFSNBC), Camboja (CNFSC), Nepal (NAFOS) e Vietname (CIFPEN)

Na região da centro América, em colaboração estreita com a Ayuda en Acción, foi criada uma rede sub-regional – RedCASSAN – que inclui as redes de Guatemala, Nicarágua, El Salvador e Honduras – e iniciou-se o processo de criação de uma rede Andina envolvendo Equador, Peru, Paraguai, Colômbia e Bolívia.

### Objectivos do Projecto IFSN

#### 1. Reforçar a Sociedade Civil nos Países em Desenvolvimento

1.1. Reforçar as capacidades de análise e acção da Sociedade Civil nos países beneficiários, em relação à Segurança Alimentar e à luta contra a pobreza.

1.2. Promover laços e a construção de alianças entre os actores da Sociedade Civil, em países e regiões, com



o objectivo de aumentar a capacidade organizacional das comunidades locais, produtores, e grupos de mulheres.

1.3. Incentivar os governos dos países beneficiários a confiar mais na Sociedade Civil e nos processos de concepção de políticas e legislação, bem como no seu seguimento e implementação.

1.4. Encorajar e facilitar a participação directa de mulheres e homens em situação ou ameaçados pela fome, nos processos de decisão que afectam o "Direito à Alimentação".

## 2. Debater a nível nacional

2.1. Proporcionar às organizações da Sociedade Civil dos países beneficiários uma capacidade crescente de reflexão acerca das estratégias de redução da pobreza e Segurança Alimentar, incluindo o "Direito à Alimentação".

2.2. Fortalecer a capacidade das organizações locais da Sociedade Civil para uma mais eficiente coordenação das suas acções com o objectivo de melhorar a capacidade de diálogo com os governos, parlamentos e doadores relacionados com a Segurança Alimentar nas políticas nacionais.

## 3. Discutir e negociar nível internacional

3.1. Reforçar a capacidade de negociação da Sociedade Civil no Sul acerca da Segurança Alimentar e da luta contra a pobreza nas discussões e negociações internacionais.

Promover uma maior colaboração entre os governos e a Sociedade Civil do Sul nas discussões e negociações internacionais.

### Metas do IFSN

- Uma proposta centrada nas pessoas.
- Ser uma voz para mulheres e homens que vivem ou que estão ameaçados de fome.
- Ser propriedade de todos os beneficiários.
- Uma proposta dirigida desde o Sul.
- Resultados concretos na luta contra a pobreza e desnutrição.
- Desenvolvimento de uma rede que seja complementar e que agregue um valor significativo às várias redes existentes.
- Uma proposta sólida com actividades que compartilhem uma perspectiva verdadeiramente internacional e que transcendam as fronteiras nacionais.
- Um verdadeiro vínculo entre o local, nacional, regional e global.

### Contactos:

*IFSN Project Global Coordination*

Rua Morais e Vale, 111/3o.and - 20021-260 Centro, Rio de Janeiro / RJ, Brasil

Telefone: +55-21 2189-4600 / E-mail: [ifsn@actionaid.org](mailto:ifsn@actionaid.org) / Website: [www.ifsn-actionaid.net](http://www.ifsn-actionaid.net)

**act!onaid**

Com o seu Secretariado Internacional na África do Sul, a ActionAid trabalha em mais de 40 países, principalmente na África e na Ásia, há mais de 30 anos, em parceria com organizações nacionais e locais com o objectivo de garantir direitos para combater a pobreza e a injustiça. <http://www.actionaid.org>.

## ANEXO II – Documento de Posição do IFSN e ActionAid para a Cimeira Europa-África

### Contexto

Em termos globais, o combate à fome e à pobreza constitui o maior desafio da actualidade uma vez que mais de 850 milhões de pessoas em todo o mundo continuam a sofrer com esses problemas. A África é, em termos relativos, a região que apresenta a situação mais dramática na medida em que uma em cada três pessoas (32% população) se encontra em estado de desnutrição, a manifestação mais grave de insegurança alimentar. Esta foi também a única região onde esse número tem aumentado em vez de diminuir passando de 169 milhões para 206 milhões (1990/92 para 2001/03).

Na Cimeira Mundial da Alimentação (CMA) realizada em Roma em Novembro de 1996 estabeleceu-se o objectivo de reduzir pela metade o número de pessoas desnutridas até 2015. Tal objectivo veio posteriormente a ser incorporado aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs) aprovados em 2001 pelos países membros das Nações Unidas.

No entanto, apesar de todos os esforços, verifica-se que os resultados alcançados até ao momento estão muito longe das expectativas iniciais, razão pela qual se justifica pensar em estratégias conjuntas para reverter essa situação.

No actual quadro internacional, milhões de pequenos agricultores dos países do Sul têm sido colocados à margem do modelo de agricultura dominante (agro-exportador) com graves implicações quer em termos económicos, quer sociais como sejam: concentração fundiária, abandono das terras pelos pequenos agricultores, migrações rural-urbano, impactos ambientais, homogeneização da produção, perda de biodiversidade, introdução de patentes, utilização de OGMs, vulnerabilidade das economias nacionais, entre outras.

No quadro europeu, a política levada a cabo pelos Acordos de Parceira Económica (APE) entre a União Europeia e os países ACP claramente prejudica os agricultores do Sul, mas também os pequenos e médios agricultores da EU.

Para alterar essa situação deve-se, em primeiro lugar, adoptar políticas públicas que promovam a soberania alimentar e criem condições para a realização do direito à alimentação. Aliás, a alimentação está consagrada como um direito humano básico em vários documentos e tratados internacionais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais e a Carta das Nações Unidas. Apesar disso, milhares de pessoas continuam privadas do acesso a alimentos em quantidade e qualidade suficientes para levarem uma vida digna e saudável.

Considerando que a alimentação constitui um elemento central à vida e inalienável de todos os povos, assume-se que a questão alimentar é um facto fundamental para pensar os processos de desenvolvimento dos países. De resto, a própria FAO vem propondo desde 2004 a adopção pelos países das Directrizes Voluntárias para o Direito à Alimentação, para que os países possam, progressivamente, realizar esse direito em cada contexto nacional.

### Propostas para a Cimeira Europa-África

Em Setembro passado a ActionAid lançou a campanha internacional "HungerFREE" na Assembleia-geral das Nações Unidas com a qual pretende sensibilizar governos, sociedade civil e a opinião pública mundial para a importância do direito à alimentação.

A Cimeira Europa-África que se irá realizar nos dias 8 e 9 de Dezembro de 2007 sob os auspícios da Presidência Portuguesa da União Europeia constitui mais um importante passo no estreitamento das relações entre esta e a União Africana. Por isso, a ActionAid entende que esse evento é também um momento muito importante para manter o combate à fome entre as prioridades políticas dos chefes de

Estado e de Governo das duas regiões, sensibilizando-os para a necessidade de promover e realizar o direito humano à alimentação.

Nesse sentido, entendemos que desta Cimeira Europa-África deve resultar um claro compromisso político para intensificar as acções de combate à fome e assumir a alimentação como um direito humano fundamental.

**Para tal, consideramos imperativo que:**

- Que a estratégia comum resultante da cimeira coloque o combate à fome e a promoção da segurança alimentar como uma das prioridades políticas principais para as duas regiões, em linha com os compromissos assumidos no âmbito dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio;
- Que os Estados que ainda não o fizeram, assumam o compromisso de ratificarem o Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais (PIDESC) numa óptica de promoção do direito humano à alimentação;
- Que se reconheça que a política económica levada a cabo pela União Europeia no âmbito dos Acordos de Parceria Económica com os Países ACP contribui para o aumento da desigualdade social e da pobreza destruindo as pequenas indústrias locais e a pequena agricultura tanto Europeia como do Sul.
- Que se reconheça que os pequenos agricultores e em particular as mulheres são os mais afectados pelos problemas da fome pelo que deveriam ser alvo de políticas específicas que salvaguardem os seus direitos a produzir alimento
- Que os países africanos intensifiquem os processos de definição e implementação de estratégias nacionais de promoção da segurança alimentar em cada contexto nacional, tal como assumido na Conferência Mundial da Alimentação de Roma em 1996 e que sejam adoptados compromissos políticos para incorporar o direito humano à alimentação nas respectivas constituições e legislações nacionais;

Lisboa, Novembro de 2007

